



ESTADO DA ARTE SOBRE A INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Fred André António¹
Sinara Mota Neves De Almeida²

RESUMO

Refletir sobre a inclusão de surdos no ensino superior é acima de tudo cogitar acerca de um sistema educacional como um todo, desde as políticas de inclusão, até as políticas de acessibilidade e permanência. Assim, o presente estudo objetiva refletir sobre a inclusão de surdos no Ensino Superior nos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a partir do estudo do tipo estado da arte. Metodologicamente, o estudo se orienta pela abordagem qualitativa, caracterizando-se como estudo bibliográfico considerando todos os pontos de vista relevantes sobre a inclusão de surdos no Ensino Superior. O conjunto de dados obtidos nos permitiu efetuar um mapeamento sobre como é dado o processo de Inclusão dos surdos no Ensino Superior nos Países Africanos Língua Oficial Portuguesa. Urge, portanto, a necessidade das instituições de Ensino Superior articularem metodologias de modo a proporcionarem um sistema de ensino justo onde se promova de forma rigorosa a igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Inclusão; Surdos;; Ensino Superior;; PALOP.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), Discente, fredandreantonio18@gmail.com¹
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), Docente, sinaramota@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

Durante vários períodos da história, as pessoas surdas foram postas à margem do mundo social, político, econômico, cultural e educacional, sendo desprovidas de direitos e consideradas incapazes de aprender. De acordo com Sá (2003, p.89) a situação a que estão submetidos os surdos, suas comunidades e suas organizações, no Brasil e no mundo, têm muita história de opressão para contar.

Na antiguidade as pessoas que nasciam surdas eram discriminadas, desprezadas e em vários casos eram assassinadas. Na história, sabe-se que os povos egípcios e antigas leis judaicas (2000 a 15000 a.C.) protegiam os surdos, porém, não eram educados. Nessa época as pessoas pensavam que o surdo era louco, imbecil, sem razão, sem pensamento e doente, por isso eram excluídos da sociedade e não tinham condições de educação.

A capacidade cognitiva era associada diretamente à expressão oral. Questões referentes à surdez é uma temática complexa e necessita de inúmeras ponderações. Assim, diante desta narrativa, urge a necessidade do estudo em causa, o que culminou na realização de inúmeras tarefas e consequentemente na realização do estado da arte. O presente estudo tem como objetivo conhecer o que dizem as pesquisas sobre a inclusão de surdo no Ensino Superior nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Para a realização deste estudo, utilizamos a análise bibliográfica dos trabalhos científicos extraídos da Biblioteca eletrônica científica online (SCIELO), Portal de Periódicos Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e em artigos e periódicos.

METODOLOGIA

Para a organização dos dados, elegemos duas etapas em que denominamos etapa 1, que compreende a seleção dos estudos como o período de publicação e por título. A etapa 2, compreende a exclusão dos estudos como a duplicação, leitura dos resumos, estudo do tipo revisão da literatura e leitura na íntegra. Para a nossa busca realizadas no SciELO, BDTD e artigos e periódicos não foram encontrados resultados para a busca: "Inclusão Educacional Dos Surdos"; "CPLP"; "Educação Superior", desta feita optamos em uma busca mais ampla que nos permitiu encontrar resultados que de alguma forma serviram para dar prosseguimento no nosso estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente as pesquisas foram realizadas em Angola, de acordo com os materiais extraídos da Biblioteca Eletrônica Científica online no SciELO, BDTD e em artigos e periódicos, nos períodos correspondentes aos anos de 2015 a 2021. Para a busca referente a Angola com os descritores Surdos, Angola, foram encontrados dois trabalhos, dentre os principais temos a obra de Domingos (2016), referente ao Modelo de Educação Bilíngue e Bicultural para surdos numa perspectiva multicultural na Província de Huíla-Lubango Angola, onde traz uma narrativa sobre a integração e inclusão dos alunos surdos no contexto escolar.

No sistema de ensino angolano, onde se identificou a importância da aplicação de um modelo bilíngue e multicultural para surdos numa escola de educação especial na província de Huíla em Angola. Analisou-se, também, a obra de Antônio, Mendes, Gonzalez (2021), referente a Políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva em Angola: contexto, avanços e necessidades emergentes (1979-2017), nesta obra os autores retratam sobre Políticas de Educação Especial desde uma perspectiva inclusiva em Angola, onde objetiva-se em analisar o percurso da atual política de educação especial angolana.

Com base nos dados obtidos, verificou-se que os surdos em Angola são enxergados dentro de uma



perspetiva clínica e consequentemente a sua educação é voltada no contexto da educação especial, ou seja, pouco se reflete sobre a sua inclusão no ensino superior.

Na sequência efetuamos as pesquisas referentes a Cabo Verde com os descritores surdos Cabo Verde. Foram encontrados duas obras dentre as principais temos a ACTAS do 1º Congresso Cabo-Verdiano de Educação Inclusiva (2014), que trata sobre os desafios dos Caminhos da Educação Inclusiva em Cabo Verde. Por fim, analisou-se a obra de Basoni e Witsch, (2022), referente às Políticas linguísticas para surdos em Países Lusófonos onde refletem sobre as políticas linguísticas para surdos em países de língua portuguesa.

Em Cabo Verde, a educação de surdos começou a adquirir expressividade apenas em 1996. De acordo com Tavares (2013), com o retorno do jovem surdo Jonas Timas, que se escolarizou em Portugal, a Associação de Apoio ao Desenvolvimento e Integração das Crianças Deficientes (AADICD) decidiu formar turmas de educação de surdos.

Sobre a Guiné-Bissau não foram encontradas nenhuma obra com os descritores surdos e Guiné-Bissau, o que tornou a nossa busca complexa e verificou-se, segundo Martins (2013), que foi somente no ano de 2003 que um número maior de surdos se agrupou sob uma instituição educacional a escolarização dos surdos nesse país é relativamente nova. Em Moçambique, com os descritores, escolarização, surdos, Moçambique, foram encontradas três obras. Silva (2018), em sua obra referente às Políticas de Inclusão Escolar e a Escolarização dos Surdos em Moçambique, onde destaca sobre a análise das políticas de inclusão escolar, discutindo até que ponto as políticas de educação inclusiva vigentes no país respondem às necessidades dos alunos surdos.

Bravo e Coelho, (2019) em sua obra intitulada Pertinência e Urgência da Língua de Sinais (L1) e do Português (L2/Le) no Currículo dos Alunos Surdos em Moçambique, objetiva a investigação doutoral, focada num estudo realizado numa escola regular inclusiva de Maputo, incidindo sobre a língua de ensino e de comunicação professor/aluno surdo. Ainda segundo os autores supracitados, a educação de surdos em Moçambique emergiu com a criação de escolas especiais particulares em 1962.

Na sequência analisamos a obra de Muenga, Magalhães, Coelho e Gonçalves, (2021) relativa à Educação de surdos em Moçambique: políticas, práticas pedagógicas e(ex)inclusão no ensino secundário, nesta obra os autores ponderam sobre a análise das políticas educativas para área da surdez em Moçambique, no período entre 2000-2020.

Por fim, efetuamos a pesquisa para São Tomé e Príncipe, onde não foram encontrados nenhum resultado com os descritores surdos, Ensino Superior, São Tomé e Príncipe. Segundo Mineiro e Camargo (2019) em São Tomé e Príncipe, até 2013 os surdos não frequentavam escolas e não havia uma língua de sinais em comum entre eles, e entre eles e seus possíveis professores.

Diante dos dados da pesquisa aqui apresentados, foi possível identificar que a inclusão de surdos no ensino superior nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, é uma questão recente e demanda esforços dos órgãos governamentais. Nestes países os surdos ainda são enxergados dentro de um panorama clínico.

Olhar para a surdez dentro desta visão desencadeia exclusão, porém, segundo António, Almeida e Farias (2022, p.03), “[...] o que se busca com esse processo de inclusão é a quebra de paradigmas exclusivos pois, olhar para a surdez sobre a perspectiva clínica, incita a exclusão e consequentemente e desigualdade social”. Importa salientar que os longos anos de opressão coloniais vivenciadas por estes países contribuíram significativamente nos desavanços concernentes à inclusão.

CONCLUSÕES

Os estudos evidenciados mostraram que a inclusão de Surdos na Educação Superior exige cada vez mais



sensibilidade e é preciso sair de uma visão centrada na deficiência e evoluir para enxergar a problemática da cultura e identidade dos Surdos como comunidade cultural e linguística minoritária entendendo seu papel como parceiros sociais.

Neste sentido, cabe às instituições de ensino superior a responsabilidade perante a sociedade da qualificação dos cidadãos, o avanço do conhecimento, repensar suas estratégias e investir em pesquisas que contribuam para um maior entendimento dos desafios e para a organização de contextos que favoreçam os processos inclusivos.

Portanto, valorizar a diferença é o caminho para uma sociedade inclusiva. Valorizar o outro em suas especificidades e respeitar suas alteridades é assegurar a sua permanência no espaço educacional, permitindo à pessoa com deficiência ser realmente incluída e ter o pleno direito de usufruir de sua liberdade, ou seja, o fundamental direito de ser diferente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pelo dom da vida e, em virtude das oportunidades que nos são dadas, prestamos os nossos sinceros agradecimentos a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), pelo excelente intercâmbio criado entre o Brasil, os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPS) e Timor-Leste. Ao Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), ao Grupo de Pesquisa em Educação, Diversidade e Docência (EDDOCÊNCIA) pela expansão contínua do nosso conhecimento, a BICT/FUNCAP pela oportunidade da bolsa, a minha professora e orientadora Dra. Sinara Mota Neves de Almeida, por estar sempre me motivando a trilhar o caminho que almejo, aos meus familiares e parentes e a todos aqueles que direta ou indiretamente têm contribuído positivamente no meu crescimento acadêmico.

REFERÊNCIAS

ANGOLA, República de. Decreto Presidencial n. 187/17, de 16 de agosto de 2017. Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar. Diário da República, Órgão oficial da República de Angola. I Série, Nº 140, Luanda, 2017.

ANTONIO, F. A.; FARIAS, C. J.; ALMEIDA, S. M. N. A Inclusão De Surdos No Ensino Superior: Limites e Possibilidades. Coleção, Educação, Diversidade e Docência. Fortaleza | Ceará 2022. Disponível em: <https://www.imprece.com.br/produto/cultura-direitos-humanos-e-inovacao-educacional-dialogos-na-acao-doce-nte/> . Acesso em: 06. Mar. 2023.

BASONI, F.C; WITCHS; P. H. Políticas Linguísticas Para Surdos em Países Lusófonos. Linguagem & Ensino, Pelotas, v. 23, n. 4, p. 1340- 1358, out. dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/18565> . Acesso em: 10. Jun. 2023.

BRAVO, N.; COELHO, O. Pertinência e Urgência da Língua de Sinais (L1) e do Português (L2/Le) no Currículo dos Alunos Surdos em Moçambique. e-ISSN: 1809-3876. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.17, n.3, p. 909-932 jul./set. 2019 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo - PUC/SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>.

MARTINS, V. R. O.; LACERDA, C. B. F. Educação Inclusiva Bilíngue Para Surdos: Problematizações



IX SEMANA
UNIVERSITÁRIA



Acerca das Políticas Educacionais e Linguísticas. Revista de Educação Campinas, v. 21, n. 2, p. 163-178, 2016.

MARTINS, V. R. O.; LACERDA, C. B. F. Educação Inclusiva Bilíngue Para Surdos: Problematizações Acerca das Políticas Educacionais e Linguísticas. Revista de Educação Campinas, v. 21, n. 2, p. 163-178, 2016.

SÁ, N. R. L. Convite a uma revisão da pedagogia para minorias: questionando as práticas discursivas na educação de surdos. Revista Espaço, Rio de Janeiro, n. 18/19, p. 87-92, 2003.

TAVARES, H. A. L. Educação de Surdos em Países do Continente Africano- Relato da Situação de Cabo Verde. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO INES E SEMINÁRIO NACIONAL DO INES, 12; 18, 2013, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: INES, 2013. p. 65-68.